

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.766.680 - PR (2020/0252279-4)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : CONDOMÍNIO CONJUNTO RESIDENCIAL BURITI**  
**ADVOGADO : LUIZ FERNANDO DE QUEIROZ - PR005560**  
**AGRAVADO : COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA**  
**ADVOGADOS : DANIEL BRENNEISEN MACIEL - PR040660**  
**SAMIR BRAZ ABDALLA - PR031374**  
**RAFAEL FERNANDO PORTELA - PR054780**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por CONDOMÍNIO CONJUNTO RESIDENCIAL BURITI contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, apresentado por CONDOMÍNIO CONJUNTO RESIDENCIAL BURITI, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" e alínea "c" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO DE COBRANÇA DE COTAS CONDOMINIAIS EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA INCLUSÃO DA COHABCT DURANTE A EXECUÇÃO DECISÃO REFORMADA COM CONDENAÇÃO DO CONDOMÍNIO AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PERCENTUAL DO VALOR EXECUTADO QUE INCLUI A INTEGRALIDADE DO MONTANTE INDICADO PELO EXEQUENTE CÁLCULOS MERAMENTE ARITMÉTICOS COM BASE EM ATUALIZAÇÃO APRESENTADA PELO CONDOMÍNIO EXEQUENTE EM 2009 DESNECESSIDADE DE ENCAMINHAR OS AUTOS AO CONTADOR JUDICIAL INEXISTÊNCIA DE EXCESSO NO VALOR DE CONVERSÃO DAS MOEDAS DECISÃO MANTIDA RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega cerceamento do direito de defesa em razão do indeferimento da produção de prova pericial, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Ante a flexibilização perpetrada pelo tribunal a quo ao indeferir a requisição de prova pericial abalou o sistema de ampla defesa indeferindo o direito ao executado em provar sua alegação de excesso, quando está gritante o excesso de execução.

Excelências, a execução está 6.190,50% (seis mil cento e

noventa, cinquenta por cento) maior que o valor pretendido pelo condomínio, ou seja a COHAB vai receber em sucumbência 61,90 VEZES a dívida condominial (fl. 116).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 82, § 2º, e 85 do CPC, sob o fundamento de que não podem ser cobrados do sucumbente na ação ordinária honorários sobre as custas que antecipou, pois não configuram proveito econômico para fins de fixação da verba honorária, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Não foi esse o entendimento do Tribunal a quo que decidiu por violar os artigos 82, 2º e 85 do CPC declarando correta a pretensão do exequente em cobrar do sucumbente honorários sobre as custas, gerando uma condenação em bis in idem, ampliando a condenação para incidir em verbas que não são de proveito econômico do exequente. A referida condenação decorre, pois, diretamente da sucumbência e, por via reflexa, do efetivo trabalho do advogado. O ressarcimento dessas despesas é desdobramento natural em desfavor daquele que perdeu a ação e, portanto, sobre tais despesas não incidem honorários de advogado (fl. 120).

Quanto à terceira controvérsia, pela alínea "c" do permissivo constitucional, aponta divergência jurisprudencial quanto à incidência dos honorários de advogado sobre as custas antecipadas.

Quanto à quarta controvérsia, pela alínea "a" e alínea "c" do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 1.336, § 1º, do CPC e 406 do CC, sob o fundamento de que as despesas processuais não são débitos condominiais, e por isso não podem sofrer a incidência de juros de mora, somente de correção monetária, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

As cotas condominiais tem previsão legal no artigo 1.336, §1º:  
Art. 1.336, § 1º, CPC - O condômino que não pagar a sua contribuição ficará sujeito aos juros moratórios convenacionados ou, não sendo previstos, os de um por cento ao mês e multa de até dois por cento sobre o débito.  
Por isso a sentença aplicou juros de 1% sobre as cotas condominiais e somente por isso a incidência de juros sobre o débito. Mas despesas processuais NÃO são débitos condominiais, são mera restituição de despesas, por isso não sofrem a incidência de juros (fl. 123).

Quanto à quinta controvérsia, pela alínea "c" do permissivo constitucional, aponta divergência jurisprudencial também sob o fundamento de que sobre as despesas processuais não podem incidir juros de mora,

somente correção monetária.

Quanto à sexta controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 7º, 139, I, e 525, § 4º, do CPC, sob o fundamento de que houve violação aos princípios da isonomia e da paridade das armas em razão de ocorrido apenas uma mera declaração de que o cálculo do exequente estava correto em relação à alegação do executado de que haveria excesso de execução, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

A impugnação ao cumprimento é um direito do executado para se defender de cumprimento de sentença indevido, com excesso de execução, nulidade ou ilegitimidade. Estando certo que quando o executado alegar excesso de execução deve apresentar cálculo do valor que entende correto, como ocorreu no presente caso. [...] (fl. 126).

Ocorre que quando alegado excesso de execução o juízo de origem não se manifestou sobre o excesso de execução nem determinou remessa ao contador, no Tribunal seguiu a mesma sorte, não houve determinação para remessa ao contador ou análise de pedido de excesso de execução. O único embasamento em ambos os casos foi uma declaração genérica de que o "cálculo do exequente está correto", tais decisões ferem o princípio da paridade de armas do artigo 7º CPC (fl. 127).

Essas decisões ferem conjuntamente o artigo 139 I do CPC

Art. 139. CPC - O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe: I - assegurar às partes igualdade de tratamento (fl. 127).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar precisamente os dispositivos legais que teriam sido violados, ressaltando que a mera citação de artigo de lei na peça recursal não supre a exigência constitucional.

Aplicável, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: "A ausência de expressa indicação de artigos de lei violados inviabiliza o conhecimento do recurso especial, não bastando a mera menção a dispositivos legais ou a narrativa acerca da legislação federal, aplicando-se o disposto na Súmula n. 284 do STF". (AgInt no AREsp n. 1.684.101/MA, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 26/8/2020.)

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no ARESP n. 1.611.260/RS, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 26/6/2020; AgInt nos EDcl no REsp n. 1.675.932/PR, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 4/5/2020; AgInt no REsp n. 1.860.286/RO, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 14/8/2020; AgRg nos EDcl no AREsp n. 1.541.707/MS, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe de 29/6/2020; AgRg no AREsp n. 1.433.038/SP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 14/8/2020; REsp n. 1.114.407/SP, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe de 18/12/2009; e AgRg no EREsp n. 382.756/SC, relatora Ministra Laurita Vaz, Corte Especial, DJe de 17/12/2009.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, não houve o prequestionamento da tese recursal, uma vez que a questão postulada não foi examinada pela Corte de origem sob o viés pretendido pela parte recorrente.

Nesse sentido: “O Tribunal de origem não tratou do tema ora vindicado sob o viés da exegese dos artigos 131 e 139 do CPC/1973, e, tampouco o recorrente opôs embargos de declaração visando prequestionar explicitamente o tema. Incidência da Súmula 211/STJ”. (AgInt no REsp n. 1.627.269/PE, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 27/9/2017.)

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.514.978/SC, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 17/6/2020; AgInt no AREsp 965.710/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 19/9/2018; e AgRg no AREsp 1.217.660/SP, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 4/5/2018.

Quanto à terceira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar com precisão quais dispositivos legais seriam objeto de dissídio interpretativo, o que atrai, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nessa linha, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que, “uma vez observado, no caso concreto, que nas razões do recurso especial não foram indicados os dispositivos de lei federal acerca dos quais supostamente há dissídio jurisprudencial, a única solução possível será o não conhecimento do recurso por deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF”. (AgRg no REsp 1.346.588/DF, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe de 17/3/2014.)

Confiram-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp

1.616.851/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; AgInt no AREsp 1.518.371/RJ, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 15/5/2020; AgInt no AREsp 1.552.950/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 8/5/2020; AgInt no AREsp 1.023.256/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 24/4/2020; e AgInt nos EDcl no AREsp 1.510.607/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 1º/4/2020.

Ademais, não foi comprovado o dissídio jurisprudencial, uma vez que a parte recorrente não realizou o indispensável cotejo analítico, que exige a transcrição de trechos dos julgados confrontados, bem como a demonstração das circunstâncias identificadoras da divergência, com a indicação da existência de similitude fática e identidade jurídica entre o acórdão recorrido e o(s) paradigma(s) indicado(s).

Nesse sentido: “O dissídio jurisprudencial não foi comprovado, pois a parte agravante não efetuou o devido cotejo analítico entre as hipóteses apresentadas como divergentes, com transcrição dos trechos dos acórdãos confrontados, bem como menção das circunstâncias que os identifiquem ou assemelhem, nos termos dos arts. 541, parágrafo único, do CPC/1973 (ou 1.029, § 1º, do CPC/2015) e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ”. (AgInt no REsp n. 1.840.089/CE, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 8/6/2020.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt nos EDcl no REsp n. 1.849.315/SP, relator Ministro Marcos Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1º/8/2020; AgInt nos EDcl no REsp n. 1.617.771/RS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 13/8/2020; AgRg no AREsp n. 1.422.348/RS, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 13/8/2020; AgInt no AREsp n. 1.456.746/SP, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 3/6/2020.

Quanto à quarta controvérsia, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que o art. 406 do Código Civil não tem comando normativo suficiente para amparar a tese recursal, o que atrai, por conseguinte, o citado enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: “É deficiente a fundamentação do recurso especial quando há incompatibilidade entre a tese sustentada e o comando normativo contido no dispositivo legal apontado como descumprido. Incidência da Súmula nº 284 do STF”. (AgInt no REsp n. 1.846.655/PR, Terceira Turma, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 23/4/2020.)

Confirmam-se também os seguintes julgados: REsp n.

1.798.903/RJ, relator para o acórdão Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Terceira Seção, DJe de 30/10/2019; AgInt no REsp n. 1.844.441/RN, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 14/8/2020; AgInt no AREsp n. 1.524.220/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 18/5/2020; AgRg no AREsp n. 1.280.513/RJ, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, DJe de 27/5/2019; AgRg no REsp n. 1.754.394/MT, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 17/9/2018; AgInt no REsp n. 1.503.675/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 27/3/2018.

Quanto ao art. 1.336, § 1º, do CPC, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente indicou como violado dispositivo legal inexistente no ordenamento jurídico, o que atrai, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Quanto à quinta controvérsia, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar com precisão quais dispositivos legais seriam objeto de dissídio interpretativo, o que atrai, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nessa linha, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que, “uma vez observado, no caso concreto, que nas razões do recurso especial não foram indicados os dispositivos de lei federal acerca dos quais supostamente há dissídio jurisprudencial, a única solução possível será o não conhecimento do recurso por deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF”. (AgRg no REsp 1.346.588/DF, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe de 17/3/2014.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.616.851/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; AgInt no AREsp 1.518.371/RJ, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 15/5/2020; AgInt no AREsp 1.552.950/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 8/5/2020; AgInt no AREsp 1.023.256/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 24/4/2020; e AgInt nos EDcl no AREsp 1.510.607/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 1º/4/2020.

Ademais, não foi comprovado o dissídio jurisprudencial, uma vez que a parte recorrente não realizou o indispensável cotejo analítico, que exige a transcrição de trechos dos julgados confrontados, bem como a demonstração das circunstâncias identificadoras da divergência, com a indicação da

existência de similitude fática e identidade jurídica entre o acórdão recorrido e o(s) paradigma(s) indicado(s).

Nesse sentido: “O dissídio jurisprudencial não foi comprovado, pois a parte agravante não efetuou o devido cotejo analítico entre as hipóteses apresentadas como divergentes, com transcrição dos trechos dos acórdãos confrontados, bem como menção das circunstâncias que os identifiquem ou assemelhem, nos termos dos arts. 541, parágrafo único, do CPC/1973 (ou 1.029, § 1º, do CPC/2015) e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ”. (AgInt no REsp n. 1.840.089/CE, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 8/6/2020.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt nos EDcl no REsp n. 1.849.315/SP, relator Ministro Marcos Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1º/8/2020; AgInt nos EDcl no REsp n. 1.617.771/RS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 13/8/2020; AgRg no AREsp n. 1.422.348/RS, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 13/8/2020; AgInt no AREsp n. 1.456.746/SP, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 3/6/2020.

Quanto à sexta controvérsia, também incidem os óbices das Súmulas n. 282/STF e 356/STF, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração para tal fim. Dessa forma, ausente o indispensável requisito do prequestionamento.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente